

PRÊMIO CNMP

2017

MINISTÉRIO PÚBLICO. UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.

PROJETOS
PREMIADOS



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

© 2017, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte
Tiragem: 1.000 exemplares

Conselho Nacional do Ministério Público

Prêmio CNMP – Catálogo de projetos premiados / Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília: CNMP, 2017.

48p. il.

1. Prêmio CNMP. 2. Projetos. I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Biblioteca/CNMP

CDU - 658



APRESENTAÇÃO

Com a preocupação de dar fiel e adequado cumprimento à sua missão constitucional e consolidar sua representatividade junto ao Ministério Público e à sociedade brasileira, o Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2010, iniciou movimento na direção de uma gestão estratégica, elaborando o seu planejamento estratégico.

Partindo da constatação de que, além do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público deve contribuir para a integração e o aperfeiçoamento institucional, o CNMP iniciou a construção de uma agenda estratégica nacional, em parceria com todos os ramos e unidades, buscando sempre o crescimento de todo o Ministério Público.

Conduzido pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, após um processo de profundas e enriquecedoras reflexões, que contou com a participação de membros e servidores de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, além de diversas autoridades e parceiros, foi elaborado o Planejamento Estratégico Nacional e seu primeiro mapa estratégico. Nele são relacionados os objetivos e a estratégia de atuação para transformar em realidade a missão, que é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a concretização dos valores democráticos e da cidadania.

Para tanto, foi definida como visão de futuro ser uma instituição reconhecida como transformadora da realidade social e essencial à preservação da ordem jurídica e da democracia.

Foram enumerados os principais resultados institucionais nas diversas áreas de atuação e consignado que a gestão estratégica será sempre orientada pela unidade e eficiência da atuação institucional e operacional, pelo compromisso com a comunicação e com o relacionamento, pela profissionalização da gestão e pelo aperfeiçoamento na tecnologia da informação. Ficam ressaltados no mapa, como principais retornos à sociedade, a defesa dos direitos fundamentais, a transformação social, a indução de políticas públicas, a redução da criminalidade e a redução da corrupção.

Ao final dessa etapa de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional, foi dado mais um relevante passo para uma atuação integrada, com a elaboração da Ação Nacional 2011-2017, a qual propõe ações para a execução de estratégias comuns, que unam o Ministério Público brasileiro.

O Banco Nacional de Projetos é ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Com a finalidade de compartilhar a execução do Planejamento Estratégico Nacional, também foram realizados eventos regionais da Ação Nacional, por meio dos quais foi possível dar ampla divulgação ao mapa estratégico nacional e conhecer os projetos e as estratégias que estavam sendo realizados nas unidades do Ministério Público.

Nesse contexto, foi aprovada a Resolução nº 94/2014, que institui o Prêmio CNMP, para possibilitar a premiação dos programas e dos projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional.

Concorreram nesta edição do Prêmio CNMP 1077 projetos de sucesso, os quais merecem nossa homenagem e agradecimento, pois traduzem a missão, a visão e os objetivos estratégicos de todo o Ministério Público brasileiro. São o resultado de uma atuação proativa, efetiva e resolutiva de seus integrantes, que deve ser prestigiada. Dando publicidade aos projetos, divulgamos os objetivos institucionais, sempre levando em conta recursos, pessoas, processos e, em especial, a sociedade, que espera um Ministério Público autônomo e com uma atuação responsável e efetiva.

Os projetos premiados e detalhados na presente publicação são uma fotografia das ações que estão sendo realizadas em todo o País. Há ainda muito o que fazer, e o sucesso dessas iniciativas certamente dependerá da participação, do envolvimento e da adesão das Administrações Superiores, dos membros e servidores, além das parcerias que serão construídas ao longo do caminho. Cada projeto traduz a crença na possibilidade de contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento institucionais, bem como o reconhecimento de que uma atuação integrada de todo o Ministério Público será mais efetiva. A caminhada rumo a uma atuação nacional integrada está apenas começando, e contamos com todos para que o Ministério Público brasileiro possa efetivamente contribuir para as conquistas da sociedade brasileira.

SUMÁRIO

Categoria Defesa dos Direitos Fundamentais 10

- 1º Lugar** A luta para salvar uma comunidade indígena da Amazônia brasileira
Ministério Público Federal
- 2º Lugar** Água é vida: um direito de todos
Ministério Público do Estado da Bahia
- 3º Lugar** Fiscalizando a atenção básica à saúde
Ministério Público do Estado de Pernambuco

Categoria Transformação Social 14

- 1º Lugar** Nascentes do São Francisco: o MP salvando rios
Ministério Público do Estado de Sergipe
- 2º Lugar** Livro: porta de entrada para a cidadania
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- 3º Lugar** Leitura: caminho do saber
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Categoria Indução de Políticas Públicas 18

- 1º Lugar** Quem aceita o trabalho escravo ajuda a cavar esta cova
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- 2º Lugar** Corredor ecológico do rio Taquari-Antas
Ministério Público do Estado do Rio Grande Do Sul
- 3º Lugar** Verde rio
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Categoria Redução da Criminalidade

22

- 1º Lugar** Narco: combate ao crime organizado e às rebeliões em presídios no Acre
Ministério Público do Estado do Acre
- 2º Lugar** Rede itinerante contra a violência doméstica e intrafamiliar
Ministério Público do Estado do Pará
- 3º Lugar** Transparência já!
Ministério Público do Estado do Pará

Categoria Redução da Corrupção

26

- 1º Lugar** Ministério Público contra a corrupção e a sonegação fiscal
Ministério Público do Estado do Maranhão
- 2º Lugar** Geração Atitude: a mudança começa em você
Ministério Público do Estado do Paraná
- 3º Lugar** Grupo Especial Anticorrupção (GEAC):
uma nova estratégia de integração para casos complexos
Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional

30

- 1º Lugar** Programa de combate à sonegação fiscal
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- 2º Lugar** SisConta Eleitoral 2017
Ministério Público Federal
- 3º Lugar** Implantação das oficinas de parentalidade
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Categoria Comunicação e Relacionamento **34**

- 1º Lugar** O Conselho Tutelar no combate ao trabalho infantil
Escola Superior do Ministério Público e Ministério Público do Trabalho
- 2º Lugar** Campanha Humanização do Parto: nasce o respeito
Ministério Público do Estado de Pernambuco
- 3º Lugar** Prêmio de Jornalismo
Ministério Público do Estado do Acre

Categoria Profissionalização da Gestão **38**

- 1º Lugar** Recrutamento: seleção meritocrática para cargos de provimento em comissão
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- 2º Lugar** Efetividade da avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- 3º Lugar** Educação continuada
Ministério Público do Estado do Acre

Categoria Tecnologia da Informação **42**

- 1º Lugar** Matilha: módulo de gestão e análise de vínculos
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- 2º Lugar** Projeto SITTEL 2017
Ministério Público Federal
- 3º Lugar** A democratização da tecnologia digital em favor do poder investigatório do Ministério Público
Ministério Público do Estado do Paraná



CATEGORIA

DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

10 A LUTA PARA SALVAR UMA COMUNIDADE INDÍGENA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ministério Público Federal

Reginaldo Pereira da Trindade – Procurador da República



O Povo Cinta Larga teve descoberto um garimpo de diamantes em seu território, ocasionando um conflito que provocou dezenas de mortes e ameaça extinguir a comunidade pelo risco de novas tragédias e sistemática degradação das tradições e recursos naturais.

Os instrumentos ordinários de atuação ministerial (ações, recomendações) revelaram-se ineficazes, o que fez surgir uma parceria entre MPF e a sociedade, intitulada GRUPO CLAMOR, que busca pensar e executar diversas estratégias para tirar o Estado de sua omissão, compelindo-o a agir à altura do que lhe impõe a Constituição e as leis do País. A estratégia revelou-se exitosa, viabilizando a realização de grandes eventos, promissoras parcerias, resultados concretos na saúde e educação etc.

A despeito de todas as adversidades, o MPF/RO tem avançado na defesa do Povo Cinta Larga, alcançando resultados que irão refletir positivamente no futuro desse grupo tradicional. São sementes que farão a diferença, com certeza, entre um passado de indignidades e um futuro de esperança.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (69) 99242-885

E-mail: reginaldotrindade@mpf.mpf.br

2º ÁGUA É VIDA: UM DIREITO DE TODOS

Ministério Público do Estado da Bahia

Roberto de Almeida Borges Gomes – Promotor de Justiça



O Projeto “Água é vida: um direito de todos” foi criado no ano de 2013, tendo surgido do reconhecimento da importância da água para todos os consumidores. Tem como objetivo avaliar a qualidade da água posta à disposição da população, bem como a continuidade da prestação do serviço de água. A principal conquista do Projeto no ano de 2016 foi a redução dos municípios que distribuem água bruta e dos municípios sem dados de vigilância.

Em 2016, houve uma redução, em relação ao ano anterior, de 68,93% dos municípios que distribuem água bruta através dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano (SAA). Na questão dos dados sem vigilância, a redução, em relação ao ano de 2015, foi de 10,60%, representando que, em 2016, 7.562.420 (sete milhões quinhentos e sessenta e duas mil quatrocentos e vinte) pessoas tiveram a água fornecida para consumo monitorada pelas Vigilâncias Municipais.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (71) 3103-0375

E-mail: ceacon@mpba.mp.br

3º FISCALIZANDO A ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Ministério Público do Estado de Pernambuco
Édipo Soares Cavalcante Filho – Promotor de Justiça



A saúde foi apontada pela população como a área prioritária para atuação do MPPE durante os Fóruns de Gestão com a sociedade, realizados para a elaboração do Planejamento Estratégico 2013-2017.

Para atender a esta demanda, os Promotores de Justiça enviaram questionários às Prefeituras Municipais, e as informações recebidas foram consolidadas e analisadas pelo Coasp Saúde, em relatórios por Circunscrição Ministerial, objetivando a fiscalização das ações e serviços da atenção básica em saúde – número de equipes e cobertura da Estratégia de Saúde da Família, disponibilização dos medicamentos do Componente Básico da assistência farmacêutica, oferta de serviços de Urgência/Emergência de baixa complexidade, assistência pré-natal e garantia do acesso a outros níveis de atenção. O projeto está sendo desenvolvido em todos os 184 municípios pernambucanos e no Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Como resultados, o MPPE já promoveu 114 Inquéritos Cíveis (ICs), 1 Recomendação e 3 Procedimentos Preparatórios (PPs).

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (81) 3182-7432 ou (81) 98871-7318
E-mail: caopds@mppe.mp.br ou edipo@mppe.mp.br

CATEGORIA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

10 NASCENTES DO SÃO FRANCISCO: O MP SALVANDO RIOS

Ministério Público do Estado de Sergipe

Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa

– Promotora de Justiça



Trata-se de um programa preventivo e ativo para tutelar os recursos hídricos de Sergipe, notadamente, o Rio São Francisco e seus afluentes. Surgiu diante do agravamento do quadro de escassez hídrica no país, em especial a região Nordeste, como o Estado de Sergipe, que possui áreas de desertificação, com apenas 13% de cobertura vegetal, com iminência de extinção do Bioma Caatinga no Sertão Sergipano.

O principal objetivo do projeto consiste na melhoria da quantidade e qualidade da água, por meio do reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal, transformando o agricultor e/ou produtor rural em agente ativo na restauração e conservação do solo, através do pagamento por serviços ambientais – pagamento este que só se efetiva após constatado, por laudo, o serviço prestado pelo proprietário, que atua como fiscal do reflorestamento e conservação das áreas em sua própria propriedade.

Resultados atingidos: reflorestamento de 23 hectares de APPs e Áreas de Reserva Legal da Bacia Hidrográfica do Rio Curituba (principal afluente do Rio na Cidade de Canindé); plantio aproximado de 20.000 mudas, com mais de 40 espécies nativas da Caatinga; construção de 150 barraginhas, com realização de Atividades de Educação Ambiental – Dia de Campo; ampliação das ações do projeto para mais 6 Municípios localizados na Área da Foz do Rio São Francisco; realização de “Caravanas de Saneamento” para capacitar todas as cidades da Bacia do Velho Chico em Sergipe para elaboração dos seus Planos de Saneamento Básico, a fim de evitar lançamentos de esgoto e resíduos sólidos no Rio. Projeto Vencedor em 1º Lugar no Brasil do Edital Público da ANA – Agência Nacional de Águas, que o certificou como “Produtor de Água”.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (79) 98803-3757 ou (79) 3209-2555

E-mail: allana@mpse.mp.br ou caopsaofrancisco@mpse.mp.br

2º LIVRO: PORTA DE ENTRADA PARA CIDADANIA

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça

Carlos Augusto Ferrari – Juiz de Direito

Abilene Bastos Queiroz – Secretária Municipal de Educação



O projeto foi executado com o objetivo de disseminar entre os moradores do Bairro São Francisco, em Alto Araguaia, o gosto pela leitura e o hábito de ler, além de conscientizá-los a respeito da relação existente em nosso País entre nível de escolaridade e valor da renda mensal do trabalho assalariado.

Utilizando recursos arrecadados com a celebração de transações penais, cada uma das 200 casas do Bairro recebeu em doação seis livros da literatura nacional, previamente definidos por professores do curso de Letras da Unemat. Em seguida, foi realizado um concurso de redação sobre as obras entregues.

Após a correção dos trabalhos, foram entregues 50 computadores novos para os autores das 50 melhores redações. Com isso, 25% das casas do Bairro foram contempladas com computadores novos, adquiridos também com recursos oriundos de transações penais. O Bairro São Francisco foi escolhido por apresentar os piores níveis de renda e desenvolvimento humano do Município de Alto Araguaia.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (66) 99907-6172

E-mail: marcio.berestinas@mpmt.mp.br

3º LEITURA: CAMINHO DO SABER

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça

Carlos Augusto Ferrari – Juiz de Direito



O projeto desenvolve anualmente atuação voltada para disseminar entre estudantes das escolas municipais de Alto Araguaia o gosto pela leitura e o hábito de ler, além de conscientizá-los a respeito da necessidade de ter bom comportamento escolar e de possuir disciplina de vida voltada para a aquisição de conhecimento. É executado mediante a realização de palestras e de concursos de redação e de apresentação de peças teatrais.

As premiações e os livros (mais de 1.000 exemplares) utilizados na referida prática foram adquiridos com recursos oriundos de transações penais e mediante a realização de leilão de madeiras apreendidas. As atividades são exercidas em parceria entre o MP, o Judiciário, a Secretaria Municipal de Educação e o Rotary Club.

Resultados: O projeto promoveu o incentivo à leitura em todas as 7 escolas do Município de Alto Araguaia. Em 2012, foram premiados 56 estudantes, com bicicletas e computadores. Já em 2013, foram premiados 130 estudantes e 12 professores com computadores, notebooks e bicicletas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (66) 99907-6172

E-mail: marcio.berestinas@mpmt.mp.br

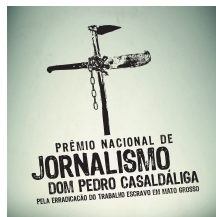
CATEGORIA

INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1º QUEM ACEITA O TRABALHO ESCRAVO AJUDA A CAVAR ESTA COVA

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça



O trabalho desenvolvido pelos grupos móveis do Ministério do Trabalho e Emprego demonstravam que em Mato Grosso, em pleno século XXI, milhares de trabalhadores ainda eram submetidos a condições análogas à de escravos. Pensando em enfrentar a situação, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho uniram forças e lançaram uma campanha educativa pela erradicação do trabalho escravo no Estado.

O objetivo principal era de que a informação chegasse a todas as regiões, especialmente aquelas que mais sofrem com o problema. A iniciativa contou com a elaboração de peças publicitárias, seminários e palestras em todas as Comarcas. Mais de 80 denúncias foram recebidas no prazo de 6 meses por meio do Disque Denúncia criado para atender à população. Em um ano cerca de 1000 trabalhadores foram resgatados e mais de R\$ 2 milhões em indenizações individuais e coletivas foram pagas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (65) 98101-0034

E-mail: imprensa@mpmt.mp.br

2º CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO TAQUARI-ANTAS

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Andrea Almeida Barros – Promotora de Justiça



Visando a conciliar as medidas previstas em lei para a Área de Preservação Permanente (APP) e a realidade regional, que abriga, na beira do Rio Taquari, pequenos produtores rurais e zonas urbanas consolidadas, nasceu o Projeto Corredor Ecológico, atualmente denominado Programa de Recuperação Sustentável da Mata Ciliar do Rio Taquari, abrangendo 14 municípios.

Para justificar a preservação de área inferior de mata ciliar ao legalmente previsto, critérios técnicos criados pelo Centro Universitário UNIVATES foram utilizados, com a análise do solo e a identificação do estágio de regeneração de flora, que é integrante do Bioma Mata Atlântica, identificando-se cada realidade. Assim, manteve-se o ribeirão no seu território, produzindo para a sua subsistência, sem causar problemas sociais ou econômicos de ordem maior, em nome da sustentabilidade. Nas áreas recompostas, verifica-se que houve ampliação da vegetação nativa e o retorno de fauna, demonstrando a restauração, ainda que mínima, das funções originais da mata ciliar.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (51) 3712-1910

E-mail: pjestrela@mprs.mp.br

3^o VERDE RIO

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza – Promotora de Justiça

Joelson de Campos Maciel – Promotor de Justiça



O Projeto Verde Rio tem por objetivo a execução conjunta de ações para a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas, às margens do Rio Cuiabá.

Foram firmados, até o momento, 200 compromissos de ajustamento de conduta (TAC) com os responsáveis pela degradação, frisando-se que a intenção precípua do programa é a recuperação ambiental e, especialmente, o fortalecimento da consciência preservacionista, sendo a judicialização do dano a última medida.

Como resultado dos trabalhos, foi feita a distribuição e o plantio de mudas possibilitando a recuperação de 70 km lineares de APP e outras ações em benefício das comunidades ribeirinhas, tais como coletas de lixo e sucatas, entrega de poços artesianos para abastecimento de água potável, construção de gabião para proteção da margem, ações de educação ambiental, entre outros.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (65) 3611-2610

E-mail: ana.peterlini@mpmt.mp.br

CATEGORIA

REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

1º NARCO: COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E ÀS REBELIÕES EM PRESÍDIOS NO ACRE

Ministério Público do Estado do Acre

Marcela Cristina Ozório – Promotora de Justiça



“Narco: combate ao crime organizado e às rebeliões em presídios no Acre” é uma estratégia para desarticular o braço das organizações criminosas, mormente no segundo semestre de 2016, quando as disputas entre três facções desencadearam ataques criminosos dentro e fora dos presídios: atearam fogo em escolas e prédios públicos, contaminaram as redes sociais com mensagens terroristas, provocaram rebeliões simultâneas nos presídios e impulsionaram em 80% os homicídios dolosos no ano.

Para conter essa onda de violência, o MP instituiu o Comitê Integrado de Gestão de Crises, criou um Observatório de Análise e Inteligência Criminal e um software, denominado Retina, para investigação dos integrantes diretos e indiretos das facções, dentro e fora do Estado; realizou 10 operações, resultando em 460 pessoas denunciadas, 502 mandados de prisão, 86 presos transferidos para presídios federais, 59 presos em regime disciplinar diferenciado, bens apreendidos no valor de mais R\$ 2.500.000,00, controle das rebeliões e dos homicídios dolosos, restabelecendo a paz social.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (68) 99964-4188

E-mail: mozorio@mpac.mp.br

2º REDE ITINERANTE CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR

Ministério Público do Estado do Pará

Luziana Barata Dantas – Promotora de Justiça



O projeto leva até comunidades distantes do centro do Município de Santarém, cujo território é de 17.898 Km², palestras, atendimentos e atividades voltadas ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de parcerias com as instituições integrantes da rede de atendimento (Propaz/Maria do Pará, prefeitura, Delegacia da Mulher, Grupo AA).

As grandes distâncias, por terra ou pelo rio, a serem percorridas para que a população receba os serviços e as informações sobre o atendimento a pessoas em situação de violência motivou a criação da Rede Itinerante, que leva à sociedade desassistida a presença do Estado e com ela o combate aos diversos tipos de violências (sexual, moral, psicológica ou física) ocorridas nas famílias.

As ações já foram levadas a três comunidades, que juntas somam cerca de 300 famílias. A ação mais recente ocorreu em 20 de maio de 2017. Há sempre grande procura pelos serviços, além do incremento e incentivo às denúncias em casos de violência contra a mulher.

CONTATO

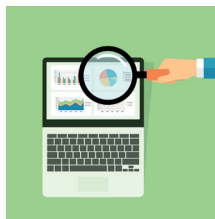
Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (93) 99224-2021 ou (93) 99221-7300

E-mail: luziana@mppa.mp.br

3º TRANSPARÊNCIA JÁ!

Ministério Público do Estado do Pará

Nelson Pereira Medrado – Procurador de Justiça



O projeto teve início pela constatação de que nenhum município paraense cumpria integralmente as disposições da Lei da Transparência Pública e da Lei de Acesso à Informação, sendo iniciadas tratativas interinstitucionais para a fiscalização dos Portais da Transparência.

Com apoio da Universidade Federal do Pará, da CGU e do Observatório Social de Belém, que faz relatórios sobre a situação, o MPPA atua por meios extrajudiciais e judiciais, cobrando a implementação e a atualização contínua dos Portais da Transparência, na forma de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG).

O MPPA, por intermédio do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção, elaborou modelos de procedimentos ministeriais, de forma a promover ação integrada no combate à improbidade, servindo de base para uma Recomendação da PGJ, sobre o acompanhamento contínuo dos portais, com a colaboração interinstitucional (órgãos de controle externo e a sociedade civil), buscando não somente a fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais, mas a implementação de uma cultura de acompanhamento e fiscalização.

Identificamos na prática uma melhoria substancial das informações sobre execução orçamentária e financeira dos municípios paraenses, sendo que a totalidade das prefeituras paraenses assinaram TAG junto à Corte de Contas, conforme percentuais de atendimento às obrigações assumidas. Os que descumpriram já estão sendo acionados pelo MPPA.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (91) 3210-3532

E-mail: medrado@mppa.mp.br

CATEGORIA

REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO

1º MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL

Ministério Público do Estado do Maranhão

Luiz Gonzaga Martins Coelho – Procurador-Geral de Justiça

Marco Antônio Santos Amorim – Promotor de Justiça

Raimundo Nonato Leite Filho – Promotor de Justiça

Márcio Thadeu Silva Marques – Promotor de Justiça



Alinhado ao Planejamento Estratégico, o Programa Institucional “Ministério Público Contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal” tem como meta a prevenção e enfrentamento aos atos de corrupção e sonegação fiscal.

Criado pelo Ato n. 495/2016-GPGJ e disseminado pelos Encontros Regionais de Gestão Estratégica (EREG), surgiu a partir de uma ampla construção compartilhada e se desenvolve por meio da mobilização da sociedade, membros e servidores, bem como da atuação articulada em rede, e está presente nas 112 comarcas maranhenses.

Com foco na resolutividade, foram colhidos os seguintes resultados até o momento: aprovação de Emenda Constitucional sobre transparência na transição municipal; criação do ranking anticorrupção; bloqueio de mais de 27 milhões de reais ao final das gestões municipais/2016; capacitações (curso sobre lavagem de dinheiro e organizações criminosas); cancelamento de 10 contratos sem licitação, na campanha “O Dinheiro do Fundef é da educação”; 63 PIs municipais encaminhados e 22 aprovados sobre transparência; 61 notificações judiciais; 41 processos administrativos instaurados; 47 ações judiciais de bloqueio de verbas; 19 Notícias de Fato; 21 ACPS e 6 ações de Improbidade; criação do Portal Anticorrupção; 10 TACs; criação de promotorias fiscais regionais e GAECOS regionais; mais de 160 Recomendações sobre transparência na administração municipal; lançamento de campanhas institucionais; assinatura de termos de cooperação; entre outros.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (98) 99131-1345

E-mail: mamorim@mpma.mp.br

2º GERAÇÃO ATITUDE: A MUDANÇA COMEÇA EM VOCÊ

Ministério Público do Estado do Paraná

Eduardo Cambi – Promotor de Justiça

**GERAÇÃO
ATITUDE**
A MUDANÇA COMEÇA EM VOCÊ



Trata-se de projeto de educação para o exercício da cidadania, desenvolvido pelo Ministério Público do Paraná na rede pública estadual de ensino. Surgiu como estratégia de aproximação do MPPR com a sociedade e se fortaleceu a partir de uma pesquisa realizada com 2.729 estudantes do Ensino Médio do Paraná, em que se constatou que 47,82% desses jovens não sabiam o que o MP faz e que 49,90% desconheciam a Constituição Federal.

São objetivos do “Geração Atitude”: contribuir para a formação cidadã dos estudantes; ampliar os espaços de participação democrática; empoderar os jovens e aproximá-los do MP. Resultaram desse Projeto a publicação de 3.000 exemplares da cartilha Guia do Cidadão; qualificação de professores em todos os 32 Núcleos Regionais de Educação do PR; mobilização de 110 procuradores e promotores de Justiça para realização de palestras e atividades nas escolas; participação de 52.623 estudantes nas ações do projeto; e publicação da Lei nº 18.763/2016, que transformou o Projeto em política pública estadual.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (41) 99217-1234

E-mail: eascambi@mppr.mp.br

3º GRUPO ESPECIAL ANTICORRUPÇÃO (GEAC): UMA NOVA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA CASOS COMPLEXOS

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Samuel Dal-Farra Napolini – Promotor de Justiça

Marina Modesto Rebelo – Promotora de Justiça



O GEAC é composto por membros do MPSC com experiência na defesa do patrimônio público e visa a dinamizar as ações ministeriais no combate à corrupção. Atua em conjunto com o Promotor de Justiça em casos complexos, de grande repercussão social, que envolvem atos de improbidade e crimes contra a Administração Pública.

Sua criação atende ao anseio social por maior eficiência do Sistema de Justiça, em virtude das crescentes demandas contra esquemas de corrupção cada vez mais complexos, o que requer especialização do labor ministerial, com vista à obtenção de resultados mais efetivos. Para tanto, atua sob três fundamentos: agilidade, cooperação intrainstitucional e profissionalização da atuação.

Com um ano de atuação, o GEAC já coleciona bons resultados, destacando-se o ajuizamento de 51 ações civis públicas e 49 ações penais, garantido o ressarcimento de mais de 9 milhões de reais aos cofres públicos e a expedição de Nota Técnica preventiva com orientações aos agentes públicos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (48) 3330-9437

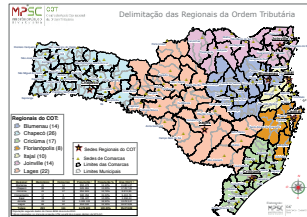
E-mail: cma@mpsc.mp.br

CATEGORIA

**UNIDADE E EFICIÊNCIA DA
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E
OPERACIONAL**

1º PROGRAMA DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Giovanni Andrei Franzoni Gil – Promotor de Justiça



O programa foi estruturado para aumentar a eficiência institucional no combate à sonegação fiscal, por meio de duas premissas básicas: a regionalização da atuação, com a instalação de sete Promotorias Regionais da Ordem Tributária, que abrangem todas as regiões do Estado; e a definição de um padrão uniforme de atuação e de metodologias de acompanhamento de dados e resultados.

Partiu-se da premissa de que o combate ao alto índice de sonegação fiscal, cujas condutas criminosas ocasionam reflexos negativos importantes na implementação e realização de políticas sociais públicas em setores fundamentais do Estado, somente seria possível com uma atuação institucional ordenada e com o uso de tecnologia para conferir maior eficiência e efetividade na atuação do Ministério Público catarinense.

Com o programa, observou-se um crescimento exponencial de mais de 300% nos valores sonegados, que foram objeto de persecução penal, e em ações preventivas que resultaram na recuperação, no ano de 2016, do valor de R\$ 103.265.232,02 (crescimento de 633% com relação ao início do projeto).

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (48) 3330-9560

E-mail: cot@mpsc.mp.br

2º SISCONTA ELEITORAL 2017

Ministério Público Federal

Ana Paula Mantovani Siqueira – Procuradora Regional da República – Coordenadora Nacional do Grupo Executivo da Função Eleitoral (GENAFE)

Daniel de Resende Salgado – Procurador da República – Secretário da Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA)

Victor Carvalho Veggi – Procurador da República – Secretário Adjunto da Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA)



O projeto possui dois escopos de atuação: 1) Módulo Ficha Suja: acesso externo aos Promotores Eleitorais, otimização das pesquisas aos inelegíveis; 2) Módulo Conta-Suja: por meio deste foram disponibilizadas aos membros investidos na função eleitoral informações sobre a movimentação financeira da campanha e eventuais indícios de irregularidades na campanha eleitoral a partir da análise sistêmica de dados das diversas bases disponíveis na SPEA ou obtidas para tal fim, bem como da metodologia de investigação própria da SPEA e de parâmetros de cruzamento definidos em conjunto com o Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (GENAFE).

O Módulo Ficha Suja produziu, nas eleições de 2016, 6.846 relatórios. Foram produzidos automaticamente 6.002 relatórios de conhecimento (RCons) para 4.670 candidatos, atingindo o percentual de 0,94% do total de candidatos com indícios de inelegibilidade. Já o Módulo Conta-Suja gerou 392.585 relatórios de conhecimento, atingindo 137.546 candidatos, o que correspondeu a um percentual de 27,68% dos candidatos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3213-2855/2836/2849/2830/2827

E-mail: victorveggi@mpf.mp.br

3^o IMPLANTAÇÃO DAS OFICINAS DE PARENTALIDADE

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Miralda Dias Dourado de Lavor – Promotora de Justiça



O projeto consiste em implementar, na Comarca de Uberaba, a política pública de prevenção e resolução de conflitos familiares, mediante a execução de oficinas de parentalidade, cuja adoção é recomendada pelo CNJ (Recomendação n. 50/2014) ao Judiciário. Na ausência de adoção pelo Judiciário local, o Ministério Público identificou a necessidade de cobrir tal lacuna.

As oficinas têm como objetivo educar as famílias para o divórcio, transformando suas realidades de conflito. Além de material disponibilizado pelo CNJ, instaurou-se um projeto social para obter os recursos (não financeiros) imprescindíveis para colocá-las em prática.

A iniciativa resultou em parcerias com Universidades, impressão de cartilhas, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional do Ministério Público (Funemp), entregues às famílias participantes, a capacitação de mais de 30 profissionais que atuam como instrutores voluntários e a realização de 37 oficinas de parentalidade, totalizando o atendimento de 777 pessoas, entre pais, mães e filhos de 6 a 17 anos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (34) 98863-7473 ou (34) 3313-6142

E-mail: miralda@mpmg.mp.br

CATEGORIA

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

1º O CONSELHO TUTELAR NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Escola Superior do Ministério Público

e Ministério Público do Trabalho

Elisiane Santos – Procuradora do Trabalho

Renata Coelho – Procuradora do Trabalho



O projeto “O Conselho Tutelar no combate ao trabalho infantil” foi concebido como uma atividade educacional e de conscientização, em formato EAD, idealizada com o propósito de atingir, nas primeiras etapas, 1000 Conselheiros Tutelares em todo o país, para despertar a reflexão sobre o seu papel no enfrentamento do trabalho infantil, da exploração da criança e do adolescente, desconstituindo mitos e, com isso, aumentando a eficácia da atuação.

Trata-se de um marco na atuação da ESMPU, por ser o primeiro aperfeiçoamento destinado à sociedade civil organizada, levando conhecimento e transformando os saberes e a atividade de Conselheiros que estão nas localidades, atuando de forma mais próxima aos problemas. A atividade favorece o diálogo social e a atuação coordenada com a sociedade civil, busca uniformizar práticas em prol da defesa da criança e do adolescente, tendo como principal resultado qualitativo a preparação dos Conselheiros Tutelares para a aplicação de medidas de proteção e defesa de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados por meio da exploração e do trabalho.

Como resultado quantitativo da fase inicial do Projeto, chegou-se a 1.970 Conselheiros inscritos para as primeiras 500 vagas, de praticamente todos os Estados, de centenas de Municípios. Ademais, a ESMPU, desde então, tem recebido pedidos de ampliação do Projeto a outros segmentos como CRAS e CREAS, serviços sociais municipais e outros possíveis parceiros na defesa dos direitos sociais e fundamentais. O alerta para a temática, a abertura de novos rumos na atuação da ESMPU, a aproximação e comunhão de esforços entre MP e sociedade civil, a formação de rede de contato e ampliação da atuação extrajudicial na garantia de direitos fundamentais são, também, resultados já alcançados com a primeira etapa do Projeto.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3313-5399

E-mail: seplan@escola.mpu.mp.br

2º CAMPANHA HUMANIZAÇÃO DO PARTO: NASCE O RESPEITO

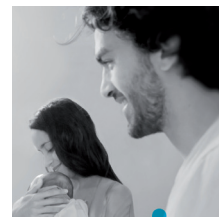
Ministério Público do Estado de Pernambuco

Maísa Silva Melo de Oliveira – Promotora de Justiça

Édipo Soares Cavalcante Filho – Promotor de Justiça

Andréa Corradini Rego Costa – Assessora de Comunicação

Evângela Azevedo de Andrade – Assessora de Comunicação



Humanizar o parto é respeitar as escolhas da mulher e seu direito a um atendimento digno e sem violência. Com esse conceito, o Ministério Público de Pernambuco lançou o projeto Humanização do Parto: nasce o Respeito.

A campanha tem o objetivo de promover a cidadania por meio da informação sobre os direitos no parto e contou com cartazes, cartilhas, folders, outbus, exposição, spots para rádio e ações em redes sociais, com investimento de R\$ 16 mil.

Os resultados atingidos demonstram o interesse da sociedade no tema. No Facebook, os posts da ação alcançaram mais de 86 mil pessoas. Nos 7 seminários realizados, 725 gestores e profissionais da Saúde de todos os 184 municípios do Estado foram sensibilizados. O procurador-geral de Justiça recomendou a todos os promotores a fiscalização dos serviços de atenção obstétrica com base nos parâmetros da Humanização do Parto. Também foram estabelecidas articulações com Secretarias de Saúde e movimentos sociais.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (81) 3303-1259 ou (81) 99111-9022

E-mail: publicidade@mppe.mp.br ou accosta@mppe.mp.br

3º PRÊMIO DE JORNALISMO

Ministério Público do Estado do Acre

Maria do Socorro Oliveira Camelo Marques – Jornalista e Diretora de Comunicação



Criado com o objetivo de reconhecer o papel da imprensa como instrumento fundamental de cidadania, o Prêmio de Jornalismo do MPAC foi estabelecido como objetivo estratégico da instituição desde de 2010, incentivando a inserção da 'pauta positiva' na mídia, reconhecendo e estimulando a atuação da imprensa como difusora de informações e formadora de opinião.

O prêmio é realizado anualmente e premia matérias jornalísticas com impacto social da atuação da instituição nas áreas de atuação do MPAC.

Além de ter fortalecido o relacionamento do MP com a imprensa não só no âmbito regional, mas também nacionalmente, já foram realizadas 7 edições com mais de 600 trabalhos inscritos de todo o país, incluindo correspondentes internacionais.

Mais de 250 mil reais em prêmios já foram distribuídos. Através do MPAC os profissionais da imprensa puderam receber palestras e workshops de 9 jornalistas de renome nacional, como Chico José, Marcelo Canelas, Vinicius Donola, Heródoto Barbeiro, Domingos Meirelles, Eduardo Ribeiro, Fábio Gusmão e Luciano Martins.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (68) 3212-2066 ou (68) 99976-0195

E-mail: dircom@mpac.mp.br ou mmarques@mpac.mp.br

CATEGORIA

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO

10 RECRUTAMENTO: SELEÇÃO MERITOCRÁTICA PARA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Adriana Nóbrega Silva Azevedo – Gerente de Desenvolvimento Humano



O projeto consiste no processo seletivo meritocrático para o preenchimento dos cargos em comissão, objetivando assegurar que o provimento desses cargos combine a necessidade de confiança para o seu exercício com as exigências de capacitação técnica, preparo emocional, perfil profissional e histórico de resultados em funções similares por parte do interessado, recrutando pessoas não apenas confiáveis, mas talentosas e produtivas, em prol do respectivo serviço.

Como resultados: ampliação do escopo inicial dos cargos providos por processo seletivo, para abranger cargos gerenciais e de assessoramento de membros, a pedido destes; ampliação da demanda interna por seleções públicas, com mais de 60 já realizadas; longevidade na função dos talentos recrutados (quase 37% dos selecionados ainda em 2010 permanecem no MPRN e mais de 51% dos atuais nomeados o foram por meio de seleção pública); ganhos de imagem da Instituição, com o reconhecimento do projeto como boa prática em eventos locais e nacionais.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (84) 3232-4558

E-mail: adriana.azevedo@mprn.mp.br

2º EFETIVIDADE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Gislaine Rossi Luckmann – Promotora de Justiça

Franciene Clós Schilling – Assessora



É uma ferramenta de profissionalização da gestão pela qual se acompanha a evolução do desempenho global do colaborador em Estágio Probatório, desde o seu ingresso na Organização, a fim de diagnosticar e sanar eventuais deficiências em relação às competências e habilidades, além de valorizar as potencialidades detectadas e estimular a contínua evolução do desempenho, com fulcro no planejamento semestral de ações e na obrigatoriedade da fundamentação das avaliações.

A iniciativa foi desenvolvida em face da constatação de que a avaliação de desempenho não estava sendo suficientemente eficiente para a aferição da aptidão dos colaboradores para as atribuições dos cargos, com o objetivo de detectar e desenvolver os pontos fracos e potencializar os pontos fortes, na busca de excelência na execução das atribuições do MPRS. Da adoção dessa ferramenta, observou-se significativa melhora no trabalho realizado, agregando valor público institucional, bem como conscientizando as chefias das suas responsabilidades face à gestão de pessoas.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto:

(51) 3295-8004/8098, (51) 99997-1720 ou (51) 99999-0486

E-mail: cadf@mprs.mp.br; franciene@mprs.mp.br ou gislaine@mprs.mp.br

3^o EDUCAÇÃO CONTINUADA

Ministério Público do Estado do Acre

Patrícia de Amorim Rêgo – Procuradora de Justiça

Paula Augusta de Barros Onety – Servidora



O projeto representa uma estratégia inovadora para intensificar o desenvolvimento de competências e a capacitação permanente de Membros e Servidores, estimulando o conhecimento humanista e multidisciplinar. Surgiu com a necessidade de reestruturação e adequação do CEAF, para ser um polo de convergência e difusão da cultura institucional voltada para resultados, em ambiente acolhedor.

Esse processo iniciou-se em 2013 com um plano de trabalho para estruturação física e pedagógica, permitindo a realização do primeiro curso de formação de analistas que formou, em dois anos, 90 servidores. Em 2015 o CEAF ganhou nova sede (com biblioteca, laboratório de informática, 3 salas de aula, sala multiúso e auditório com capacidade para 180 pessoas) e implantou sua escola virtual. Em 2016 foi realizado o primeiro curso de formação de Membros, com uma matriz curricular por competências robusta, de conteúdos teóricos e práticos direcionados para a formação das competências imprescindíveis à atuação ministerial, voltada para a garantia do Estado Democrático de Direito e a transformação social.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (68) 99976-0183 ou (68) 99928-4930

E-mail: ceaf@mpac.mp.br, prego@mpac.mp.br

CATEGORIA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1º MATILHA: MÓDULO DE GESTÃO E ANÁLISE DE VÍNCULOS

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Patrícia Antunes Martins – Promotora de Justiça

André Maranhão de Miranda – Assessor Técnico



“Matilha” é uma aplicação WEB que proporciona a análise e a representação visual, por meio de gráficos, dos vínculos existentes entre as mais diversas informações (pessoa, telefone, endereço, etc.) obtidas nas bases de dados disponíveis ao MPRN e nas fontes disponíveis na internet, integradas às informações existentes nos sistemas internos do GAECO e auxilia as investigações.

A grande quantidade de dados disponibilizados ao Parquet, por meio de convênios com as mais variadas entidades, acarretou na necessidade de um sistema que proporcionasse o cruzamento dessas informações e que as apresentasse de forma consolidada aos seus usuários. O módulo foi desenvolvido com o objetivo de auxiliar nas investigações do MPRN, a um custo reduzido.

A ferramenta trouxe como resultado novo modelo de distribuição das informações utilizadas durante as investigações, organizando-as de forma mais rápida, dinâmica e, conseqüentemente, subsidiando os membros, de maneira eficiente, na instrução dos processos por eles conduzidos.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (84) 98896-7120 ou 98863-4585

E-mail: andre.maranhao@mprn.mp.br ou patricia.antunes@mprn.mp.br

2º PROJETO SITTEL 2017

Ministério Público Federal

Daniel de Resende Salgado – Procurador da República – Secretário da Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA)

Victor Carvalho Veggi – Procurador da República – Secretário Adjunto da Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA)



O SITTEL é um sistema desenvolvido pelo Ministério Público Federal e distribuído para órgãos públicos por meio de convênios, para coletar, processar e analisar cadastros e registros de chamadas telefônicas e telemáticas pretéritas, mediante, com exceção das requisições diretas, competente Ordem Judicial. A ferramenta permite ao usuário: a) cadastrar um Caso; b) cadastrar investigados pessoas físicas e jurídicas e terminais; c) gerar minuta de Requerimento Judicial e de Requisição Direta; d) transmitir com segurança, pela internet, a ordem judicial ou o ofício de requisição direta diretamente para os computadores certificados das Operadoras de Telecomunicações no país; e) receber, pela internet, os respectivos cadastros e extratos telefônicos dos terminais alvos, e, finalmente, f) disponibilizar, por meio de pesquisas e relatórios, os dados para análise pelos usuários.

O Sistema é utilizado como principal ferramenta para processar e analisar todos os cadastros e registros de chamadas telefônicas e telemáticas de investigações em curso, como, por exemplo, os da Operação “Lava-Jato”, contando, atualmente, com 490 casos cadastrados.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3213-2855/2836/2849/2830/2827

E-mail: victorveggi@mpf.mp.br

3º A DEMOCRATIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DIGITAL EM FAVOR DO PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público do Estado do Paraná

Fernando Augusto Sormani Barbugiani – Promotor de Justiça



Por meio de um programa de computador gratuito, as oitivas da Promotoria de Justiça são filmadas e salvas em mídia que ocupa pouco espaço de memória RAM (".flv" ou, de em áudio, ".mp3"). O registro audiovisual decorreu da necessidade de resguardar a fidelidade às palavras do inquirido, documentar a intervenção de terceiros (advogados) e resguardar a investigação e a imagem ministerial quanto a eventuais retratações.

Para viabilizar a prática, foram adquiridos microfones e uma webcam. Também foram criados um Termo de Autorização de uso da imagem e outro de Conteúdo Resumido (para rememorar o depoimento sem consulta à mídia encartada nos autos físicos).

Como resultado, o projeto vem gerando ganho temporal na colheita de provas; ganho estratégico na preservação da imagem do promotor (ao inibir eventuais retratações) e na formação do convencimento do magistrado nas ações; e ganho administrativo, ao permitir a inclusão de oitivas, no formato "nuvem", no sistema de PRO-MP, gerando vantagens na restauração de autos e no cumprimento de precatórias.

CONTATO

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (43) 99906-0974

E-mail: fasbarbugiani@mppr.mp.br

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CORREGEDOR NACIONAL

Cláudio Henrique Portela do Rego

CONSELHEIROS

Antônio Pereira Duarte

Marcelo Ferra de Carvalho

Esdras Dantas de Souza

Walter de Agra Júnior

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Fábio George Cruz da Nóbrega

Gustavo do Vale Rocha

Otávio Brito Lopes

Fábio Bastos Stica

Orlando Rochadel Moreira

Sérgio Ricardo de Souza

Valter Shuenquener de Araújo

SECRETÁRIO-GERAL

Guilherme Guedes Raposo

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Flávio Oliveira Barboza

PRÊMIO CNMP – EDIÇÃO 2017

COORDENAÇÃO GERAL

Orlando Rochadel Moreira

Conselheiro Nacional e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

CONSELHO GESTOR

Cláudio Henrique Portela do Rego

Antônio Pereira Duarte

Marcelo Ferra de Carvalho

Esdras Dantas de Souza

Walter de Agra Júnior

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Fábio George Cruz da Nóbrega

Gustavo do Vale Rocha

Otávio Brito Lopes

Fábio Bastos Stica

Orlando Rochadel Moreira

Sérgio Ricardo de Souza

Valter Shuenquener de Araújo

COMISSÃO JULGADORA

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (CNMP)

Cláudio Henrique Portela do Rego (CNMP)

Antônio Pereira Duarte (CNMP)

Marcelo Ferra de Carvalho (CNMP)

Esdras Dantas de Souza (CNMP)

Walter de Agra Júnior (CNMP)

Fábio George Cruz da Nóbrega (CNMP)

Gustavo do Vale Rocha (CNMP)

Otávio Brito Lopes (CNMP)

Fábio Bastos Stica (CNMP)

Orlando Rochadel Moreira (CNMP)

Sérgio Ricardo de Souza (CNMP)

Valter Shuenquener de Araújo (CNMP)

Guilherme Guedes Raposo (CNMP)

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (CNMP)

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior (CNMP)

José Silvestre Gorgulho (ABI)

Luiz Carlos Azedo (ABI)

Marcelo Tognozzi (ABI)

Carlos Magno Silva Fonseca (ABGLT)

Jorge Luiz Dodaro (ANMPM)

José Robalinho Cavalcanti (ANPR)

Milena Cristina Costa (ANPT)

Cândida Marcolina Ferreira de Faria (ANMPDFT)

Rodrigo Pacheco (Câmara dos Deputados)

Eduardo Diniz Neto (CDEMP)

Júlio Ferreira de Andrade (CNJ)

Antônio Carlos Lopes (Comunidade Acadêmica)

Carlos Augusto Alcântara Machado (Comunidade Acadêmica)

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (CONAMP)

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (CONAMP)

Daniela Mendes (ESMPU)

Jovita José Rosa (IFC)

José Antônio Moroni (INESC)

Willian Silva (Justiça Estadual)

Leonísia dos Santos Gomes (MADEB)

Luislinda Dias Valois Santos (Ministério dos Direitos Humanos)

Erik Venâncio Lima do Nascimento (OAB)

Maria do Carmo Alves (Senado Federal)

Eduardo Amorim (Senado Federal)

SECRETARIA EXECUTIVA

Anderson Viana Souza - Promotor de Justiça (MP/SE)

José Lucas da Silva Gois - Promotor de Justiça (MP/SE)

João Barbosa Lima - Assessor-Chefe/CPE

Roberto Itajahy Lopes - Assessor/CPE

Rogério Carneiro Paes - Assessor/CPE



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Saiba mais: www.cnmp.mp.br/premio